

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.628.808 - PB  
(2019/0355794-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : VIJAI ELETRICA DO BRASIL LTDA**  
**EMBARGANTE : SAMBAMURTHY KALAHASTI**  
**ADVOGADOS : VANESSA CRISTINA DE MORAIS RIBEIRO - PB009534**  
**NAY CORDEIRO EVANGELISTA DE SOUZA - PB014229**  
**EMBARGADO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**  
**ADVOGADOS : FERNANDO DENIS MARTINS - SP182424**  
**WILLIAM CARMONA MAYA - SP257198**  
**WILLIS JOSÉ RODRIGUES FILHO - SP336196**  
**ROMULO PINTO DE LACERDA SANTANA - PB018584**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por VIJAI ELÉTRICA DO BRASIL LTDA e OUTRO à decisão de fls. 792/796.

Sustenta a parte embargante que: "Desta maneira, é imperioso o restauro da parte dispositiva, a fim de sanar o erro material apontado, para convergir a parte mencionada à fundamentação do decisum, especialmente ao art. 21-E, V, do Regimento Interno deste Tribunal Superior, no sentido de não conhecer o recurso, declarando-se que aludida correção não repercute na resolução da causa empreendida no referido julgamento monocrático." (fl. 800).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

De fato, houve erro material na decisão ora embargada, no sentido de que o dispositivo da decisão ficou incompleto, circunstância que será devidamente corrigida na fundamentação abaixo.

Pois bem.

O dispositivo da decisão deve ser retificado, para constar os seguintes termos:  
*Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial, e nessa extensão, negar-lhe provimento.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, **acolho os embargos de declaração para corrigir o erro material verificado na decisão de fls. 792/796, nos termos acima expostos, mantendo, porém, sua fundamentação (art. 21-E do RISTJ).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente